



ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME
SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
CNPJ Nº 30.497.230/0001-79

Rua João Roque da Silva n.º 349 – CEP: 56.895-000 – Telefax (087) 3846-8149

2 0 2 6

Processo n.º. 005/2026

Chamada Pública n.º 002/2026

LICITAÇÃO PÚBLICA

A U T U A Ç Ã O

Aos 05 (cinco) dias do mês de Abril de 2026 (dois mil e vinte e seis), nesta cidade de Santa Cruz da Baixa Verde do Estado de Pernambuco, na Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Baixa Verde, faço autuação do Processo n.º. 005/2026, Chamada Pública n.º 002/2026, para contratação de pessoa jurídica, exclusivamente Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), para a prestação dos serviços de transporte escolar, para atender aos alunos matriculados na rede pública de educação do município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE, em conformidade com a atual Lei n.º 14.133/2021 e demais disposições legais pertinentes, através da Dotação Orçamentária: 12000.12002.12..382.5036-2.259-3.3.90.39 /// 12002.12003.12.382.5057-2059-3.3.90.39 e documentos que se seguem, do que, para constar, faço este termo.

Eu Elza Ramos Guerra Souza _____, Secretário(a) da Comissão Permanente de Licitação o subscrevi.



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 - Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

**CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE**

O Fundo Municipal de Educação – FME de Santa Cruz da Baixa Verde/PE, Estado de Pernambuco, Inscrito no CNPJ sob o nº 30.497.230/0001-79, torna público que estará recebendo na sala da Comissão de Contratação, na Prefeitura Municipal, no período de 07/05/2026 a 07/05/2027, no horário de 8:00 às 13:00 horas, a documentação e proposta para credenciamento de empresas prestadores de serviços, de conformidade com o anexo I, para realização de Transporte Escolar nas diversas Rotas constante do Projeto Básico anexo para transportar os alunos de rede de ensino deste município. O procedimento será realizado em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto nº 11.878/2024, Lei Federal nº 8080/1990, Decreto Municipal pertinente e demais normas legais atinentes à matéria.

1 . DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Chamamento terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data da primeira publicação. Ultrapassando o prazo descrito a seguir, os interessados poderão solicitar credenciamento, durante a vigência do edital, obedecidas as exigências estabelecidas no mesmo, todavia, a contratação dependerá da disponibilidade de vagas, necessidade e conveniência do Município.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por um Agente de Contratação do Município, mediante a inserção do edital e seus anexos e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Portal de transparência deste município (www.santacruzda baixaverde.pe.gov.br) e o aplicativo "www.licitanet.com.br" (Provedor).

1.3 - PRAZO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **07 de Maio de 2026 a 07 de Maio de 2027**, prorrogável por igual período de Ofício, a critério da autoridade demandante.

1.4 – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL: até o dia **07 de Maio de 2026**.

1.5 – PUBLICAÇÃO DA LISTA DE PROPOSTAS APROVADAS E PROPONENTES HABILITADAS: até 5 (cinco) dias úteis após o prazo final para recebimento de propostas.

1.6 – RECURSO À LISTA DE PROPOSTAS APROVADAS E PROPONENTES HABILITADAS: 5 (cinco) dias úteis contados da publicação dos resultados.

1.7 - PUBLICAÇÃO DAS DECISÕES RECURSAIS, SE HOUVER, E DO RESULTADO FINAL: até 5 (cinco) dias úteis após análise dos recursos.

1.8 – FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Observado o prazo legal, o Licitante poderá formular consultas pelo e-mail licitasantacruz@gmail.com, ou no endereço da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua João Roque, 349 – Centro - 56.895.000 - Santa Cruz da Baixa Verde/PE, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão.



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 - Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

1.9 – Informações poderão ser obtidas também pelo telefone (87) – 98181 3372

2- OBJETO

2.1- Constitui objeto do presente Chamamento Público o Credenciamento de Pessoas Jurídicas em conformidade com o anexo I, para realização de Transporte Escolar nas diversas Rotas constante do Projeto Básico anexo para transportar os alunos de rede de ensino deste município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE.

3. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

3.1. Os serviços de transporte escolar, devem ser executados, independentemente do sistema adotado pelo Município, em observância ao disposto no Manual do Transporte Escolar¹, bem como, nas Resoluções TC nº 156, de 15 de dezembro de 2021 e, Resolução TC nº 167, de 30 de março de 2022, nas quais são estabelecidas diretrizes para a contratação, fiscalização e controle dos serviços de transporte de escolares.

3.2. Dentre as especificidades em destaque nas normas citadas, compete aos Municípios:

- a) Regular o serviço de transporte escolar por lei municipal, observando as diretrizes do Código de Trânsito Brasileiro, a necessidade de normatização da idade máxima dos veículos utilizados na prestação do serviço, bem como os demais aspectos elencados no artigo 13 da Resolução TC nº 156, de 15 de dezembro de 2021;
- b) Providenciar inspeção, junto ao DETRAN/PE, de todos os veículos atualmente em operação no serviço de transporte escolar, para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
- c) Fiscalizar a execução do serviço de transporte escolar para assegurar o cumprimento das exigências relativas à segurança dos escolares, estabelecidas na legislação pertinente e nos eventuais contratos celebrados;
- d) Promover campanhas de conscientização de alunos, pais e demais membros da comunidade escolar sobre a utilização segura do transporte escolar e a importância do controle social na fiscalização da execução do serviço;
- e) Implantar e manter atualizados os procedimentos de controle interno relativos ao serviço de transporte escolar;
- f) Implantar registro tempestivo de ocorrências do transporte escolar, que ficará disponível na unidade jurisdicionada;
- g) Adoção e a manutenção de Sistema Eletrônico de Gestão do Transporte Escolar, que deverá registrar os dados dos alunos, das escolas, das rotas, dos veículos, dos prestadores de serviço e da malha viária;

3.3 Integram o presente edital os seguintes anexos:

- I- Formulário de Inscrição para Credenciamento do Objeto supra citado;

¹ Manual do Transporte Escolar, Guia Completo de Boas Práticas. Produzido pelo TCE/PE



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 - Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

- II- Modelo de Termo de declaração de disponibilidade e Compromisso;
- III- Termo de Referência;
- IV- Modelo de declaração de idoneidade;
- V- Critérios de Pontuação para classificação ao Credenciamento
- VI- Minuta do Contrato de Credenciamento.

4 - DAS CONDIÇÕES DE CREDENCIAMENTO

4.1 – Poderão participar do presente credenciamento pessoa jurídica, exclusivamente Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), para a prestação dos serviços de transporte escolar, para atender aos alunos matriculados na rede pública de educação do município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE, conforme as especificações de rotas e quantitativos constantes neste referencial, parte integrante do instrumento de convocação.

4.1.1. Para fins deste instrumento, conforme as especificações contidas na legislação em vigência, considera-se:

- I. **Transporte Escolar Rural**, o transporte de alunos residentes em área rural, feito por veículo automotor. Devendo este(s), percorrer(em) o(s) trajeto(s) entre os pontos de embarque até as respectivas unidades de ensino. E, conseqüentemente atender ao percurso referente ao retorno dos alunos das unidades de ensino aos pontos de desembarque, nos dias e horários considerados letivos.
- II. **Dia Letivo**, conforme definição dada pelo inc. I, art. 24 da Lei nº 9.394/1996, é aquele efetivamente destinado ao trabalho escolar, na escola ou fora dela, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- III. **Área rural**, é o espaço compreendido em região não urbanizada, destinada a atividades da agricultura e pecuária, extrativismo, turismo rural, silvicultura ou conservação ambiental.
- IV. **Georreferenciamento de rotas**: identificação de informações geográficas das rotas utilizadas na prestação do serviço de transporte escolar de forma a identificar graficamente os aspectos mínimos das rotas executados pela frota envolvida no transporte;
- V. **Rastreamento veicular**: utilização de dispositivos de geolocalização para coletar, em tempo real, informações da execução do serviço de transporte escolar realizado pela frota responsável pela execução do serviço de transporte escolar;
- VI. **Malha viária**: conjunto de vias que cortam o Município, classificadas e hierarquizadas segundo critério de trafegabilidade e da natureza do terreno;
- VII. **Rota**: é a identificação (referência numérica, por exemplo) de um conjunto de itinerários realizados por um mesmo veículo ao longo de um dia de operação;
- VIII. **Itinerário**: é um trajeto viário percorrido pelo veículo do transporte escolar em atendimento a uma rota do serviço, desde uma origem até um destino e vice-versa, passando sequencialmente por todos os pontos notáveis existentes no trajeto. É importante destacar que, ao longo do dia, um mesmo veículo pode atender mais de um itinerário. Além disso, um mesmo itinerário pode ocorrer em até três turnos de prestação de serviço. Por fim, é possível que cada rota seja formada por vários itinerários diferentes;



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 - Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

- IX. **Viagem:** considera-se como viagem cada um dos trechos de ida ou volta percorridos pelos veículos de transporte, desde um ponto de origem (ponto de coleta do primeiro aluno) até um destino (uma unidade escolar ou o ponto da residência do último aluno);
- X. **Pontos Notáveis:** são pontos georreferenciados por GPS pertencentes a um itinerário, sendo o primeiro necessariamente àquele correspondente ao ponto de embarque do primeiro aluno. Os pontos notáveis intermediários de um itinerário correspondem ao local de embarque/desembarque de alunos, locais específicos de distritos, povoados, sítios e outros que se acharem necessários. Os pontos que caracterizam mudanças de revestimento da estrada, assim como as escolas de cada itinerário devem, obrigatoriamente, também corresponder a pontos notáveis;
- XI. **Objetos notáveis:** cada um dos elementos existentes ao longo de uma rota necessários de serem mapeados. Por exemplo: pontes, porteiras, semáforos, mata-burro, abrigos. Alguns objetos notáveis podem dar ensejo a que sejam definidos pontos de parada;
- XII. **Tronco:** trecho de uma rota pelo qual os veículos circulam, exceto as ramificações ou galhos. Quando ocorre de mais de um veículo trafegar por uma rota, o tronco é a cobertura dos diferentes itinerários sem as respectivas ramificações ou galhos;
- XIII. **Ramificação (galho):** cada um dos trechos de desvio e retorno do itinerário principal, cuja existência é motivada pela necessidade de coleta ou entrega de alunos;
- XIV. **Trecho de aproveitamento (também chamado simplesmente de “aproveitamento”):** trajeto viário que conecta dois itinerários distintos de uma mesma rota, mesmo que na ausência de alunos embarcados. O aproveitamento costuma ser uma ferramenta útil para viabilizar a melhor utilização dos veículos na prestação do serviço de transporte escolar;
- XV. **Distância mínima de atendimento:** distância mínima a ser observada entre a residência do aluno e o lugar onde ele será coletado pelo veículo de transporte escolar. Esta distância pode variar de município a município ainda que, eventualmente, possa ser estabelecido um padrão de distância mínima a ser observado para o Estado como um todo;
- XVI. **Sistema de execução do transporte escolar do município:** o conjunto das formas de execução do Transporte Escolar no Município, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/21, podendo ser enquadrado como Sistema de Execução Direta, Indireta ou Mista;
- XVII. **Sistema de execução direta:** quando a Administração Pública executa, pelos próprios meios, a totalidade das rotas do transporte escolar do município;
- XVIII. **Sistema de execução indireta:** quando a Administração Pública transfere para terceiros, através de delegação, a execução da totalidade das rotas do transporte escolar do Município;
- XIX. **Sistema de execução mista:** quando uma parte das rotas do transporte escolar do Município é executada de forma direta e a outra parte das rotas de forma indireta;
- XX. **Nível de serviço:** conjunto de definições que estabelecem o grau de qualidade, conforto e segurança do serviço que será prestado à população.



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

4.2. Os serviços que compõem este objeto, deverão ser executados de segunda a sexta-feira, de acordo com as rotas apresentadas na planilha de orçamento base, podendo ser estendida/requisitada a outros horários ou dias que se fizerem necessários, desde que obedecidas as disposições legais e mantidos os preços arrematados.3.2 Os participantes deverão apresentar a seguinte documentação:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
- b) Prova de Regularidade com o INSS, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito (CND);
- c) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), expedida pela Caixa econômica Federal, comprovando a regularidade com o Fundo de Garantia por tempo de Serviço;
- d) Certidão conjunta de Débito relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;
- e) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, da sede da empresa;
- f) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais, expedida pelo órgão competente, da sede da licitante;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)
- h) Comprovante de licenciamento do veículo, fornecido pelo órgão competente (DETRAN) da sede da empresa, para exercer as atividades do objeto licitado (CRLV)
- i) Declaração, sob as penas da lei, que não mantém em seu quadro de pessoal menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos e insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, menores de 16(dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14(catorze) anos, art. 7º da Constituição Federal (ver modelo VI)
- j) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, bem como, a última alteração, caso exista, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos da eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada;
- k) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante, contemplando os processos físicos, bem como dos processos de 1º e 2º grau, extraídos do site do Tribunal de Justiça;
- l) Comprovante/Diploma de curso realizado no órgão competente (DETRAN), que participou e esta apto a executar o transporte de alunos a que se refere o Objeto
- m) RG e CPF do(s) dirigente(s);
- n) Declaração e disponibilidade e comprometimento do prestador que reconhece integralmente os preceitos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação para o credenciamento da prestação de serviços de Transporte Escolar do Município, especificamente na Rota:;
- Que aceita as condições vigentes, bem como as que vierem a ser estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e para credenciamento, assim como aceita todos os termos dos atos normativos acima referidos ou que vierem a ser editados,



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 - Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

e se compromete a observá-los fielmente, sob a pena de cancelamento da respectiva credencial, independente de aviso, interpelação ou notificação prévia da parte do Senhor Prefeito Municipal.

- Que possui e disponibilizará o(s) veículo(s) necessário à prestação do serviço em apreço.

4.3 - Os documentos necessários à habilitação da proponente deverão estar válidos na data da apresentação para credenciamento e serem apresentados em VIA ORIGINAL ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou ainda, fotocópia acompanhada de seu respectivo original, que após a conferência, será autenticada por um dos membros da equipe de Contratação.

4.3.1 Não será credenciado empresa que deixar de apresentar os documentos acima, ou apresentá-los em desacordo com o presente edital.

5 - DA ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

5.1- Torna-se implícito que os proponentes que responderem ao CREDENCIAMENTO, concordam integralmente com os termos do presente edital e seus respectivos anexos.

6 - DA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS DOCUMENTOS

6.1- Critérios de Avaliação para credenciamento

6.1.1- Os interessados ao credenciamento serão avaliados no mediante apresentação da documentação, de acordo com a pontuação do anexo III

6.1.2 – A pontuação mínima a ser atingida é de 20 (vinte) pontos (ANEXO III)

6.1.3 – A comprovação do tempo de exercício da profissão se dará mediante contagem do tempo de habilitação inscrito na CNH do proponente.

6.1.4- A comprovação de curso dar-se-á através de certificado emitido pelo órgão organizador do evento;

6.2- Do Procedimento e Julgamento

5.2.1. Toda a documentação mencionada no presente edital, inclusive a que comprova o preenchimento dos anexos após finalização do chamamento e posterior contratação por processo de Inexigibilidade, deverá ser divulgado, eletronicamente, no portal (www.licitanet.com.br) e no Portal de transparência deste município (www.santacruzdaibaixaverde.pe.gov.br), no prazo estabelecido no item 1.3. do presente edital.

6.3- Da Classificação

6.3.1- A classificação final será feita o atendimento ao estabelecido no item 5.1., precedente.

6.3.2- Emissão de relatório conclusivo de credenciamento e viabilidade de contratação;



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 - Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

6.3.3- O resultado do presente credenciamento publicado na plataforma do LICITANET, no Diário Oficial do Município, no prazo estabelecido no item 1.5. deste edital.

6.3.4- Se algum interessado se recusar a assinar o termo de contrato, faculta-se ao Fundo Municipal de Educação de Santa Cruz da Baixa Verde/PE, independentemente de aviso, notificação, ou interpelação judicial ou extrajudicial, convocar para contratação o licitante subsequente e imediato para atender o objeto especificado, nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7. DO CREDENCIAMENTO E CONTRATAÇÃO

7.1- Após a análise da documentação e com base no Relatório Conclusivo mencionado no subitem 5.3.2, do presente edital serão credenciados os interessados que preencham os requisitos revistos no presente Edital e seus anexos, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, mediante autuação de processo de Inexigibilidade de Licitação para, a partir deste, celebrar os contratos pertinentes;

7.2 - Os interessados que forem habilitados ao credenciamento serão **contratados por meio de instrumento contratual de prestação de serviços**, com vigência de 12 (doze) meses, em conformidade com o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, onde se estabelecerão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, podendo o contrato ser rescindido a qualquer tempo, sem que caibam aos contratados quaisquer direitos vantagens ou indenizações;

7.3 - A presente CHAMAMENTO PÚBLICO terá a validade de 12(doze) meses, durante o qual o município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE poderá contratar o objeto da CHAMAMENTO PÚBLICO, podendo fazê-lo mediante outra chamada, quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie e/ou profissionais ou, cancelar o ato, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantindo ao credenciado, neste caso, o contraditório e ampla defesa.

7.4 Serão de inteira responsabilidade dos profissionais e ou empresas contratadas, as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução do contrato;

7.5 Serão de inteira responsabilidade dos profissionais e ou empresas contratadas os danos causados diretamente aos transportados, à instituição contratante e a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

7.6 As INTERESSADAS deverão aceitar os valores de referência à prestação dos serviços constante da tabela de procedimentos arbitrados pelo Fundo Municipal de Educação;

8. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO

8.1 Pedidos de esclarecimento e impugnação deverão ser enviados para o endereço eletrônico licitasantacruz@gmail.com, nos prazos descritos na condição 1.4.

8.2 Agente de contratação, com o auxílio da unidade demandante quando necessário, responderá aos interessados em até 3 (três) dias úteis, após a confirmação do recebimento das mensagens.



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

8.3 As respostas serão remetidas ao endereço do remetente, bem como disponibilizadas no portal de transparência deste município, no endereço: www.santacruzda baixaverde.pe.gov.br.

8.4 Caso a solicitante não receba confirmação de recebimento ou a resposta no prazo estipulado, recomenda-se contatar o agente responsável pelo telefone 87 – 98181 3372.

9- RECURSOS

9.1 As proponentes poderão apresentar recurso contra o resultado do chamamento público, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação da lista de fornecedores classificados.

9.2 As razões do recurso deverão ser formalizadas meio do endereço eletrônico: www.licitanet.com.br.

9.3 Não serão acolhidos recursos apresentados fora do prazo estipulado na condição 1.6 ou encaminhados por representante não legitimado à representar proponente neste processo de chamamento público.

9.4 O recurso será analisado pelo agente de contratação que, em mantendo a decisão recorrida, encaminhará os autos para apreciação final da autoridade competente.

10 - DO PAGAMENTO

10.1- O Fundo Municipal de Educação de Santa Cruz da Baixa Verde/PE disporá, para cobrir os pagamentos dos serviços prestados, de valor suficiente para cobertura dos serviços prestados;

10.2- O Fundo Municipal de Educação de Santa Cruz da Baixa Verde/PE pagará aos profissionais e/ou empresas, em até 15 (quinze) dias do mês subsequente ao da prestação de serviço, mediante apresentação de nota Fiscal de Prestação de Serviço, os valores líquidos que lhes forem devidos, pelos serviços efetivamente prestados;

10.3- As despesas das contratações oriundas do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

12000.12002.12.382.5036-2.259-3.3.90.39 /// 12002.12003.12.382.5057-2059-3.3.90.39

11- DAS SANÇÕES

11.1- A recusa do(a) credenciado(a) em assinar o Contrato no prazo estabelecido, o(a) impedirá de participar de novas licitações pelo prazo de 12 (doze) meses junto a este Município, bem como resultará na aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal pertinente.

11.2- O(a) CONTRATADO(a) ficará sujeito(a) às penalidades previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal pertinente, caso deixe de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas em Contrato.

12. DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. Os valores a serem pagos para a empresa (MEI) credenciada pelos serviços realizados são expressos no Quadro do Anexo I – Projeto Básico, deste edital;

12.2. A CREDENCIADA contratada será paga de acordo com o número de viagens



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

realizadas mensalmente, conforme Quadro do Anexo I, deste edital;

12.3. Os preços dos serviços objeto deste credenciamento seguem referenciais oficiais do Manual do Transporte Escolar do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE, mormente no que concerne a todos os parâmetros de precificação contidos no Projeto Básico, anexo I, deste edital;

12.5. Admitir-se-á proposta inferior ao estipulado no anexo I deste edital, desde que de espontânea vontade do proponente, devendo, este, formalizar em sua proposta tratar-se de vontade própria e de sua inteira responsabilidade;

12.4. Em caso de prorrogação do contrato, os valores somente poderão ser reajustados caso haja aprovação de novos valores vinculados a tabela e mediante a aprovação de unidade técnica do Município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE.

13 - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Fundo Municipal de Educação poderá, a qualquer tempo, motivadamente, anular este Chamamento Público por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

13.2 - As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do chamamento público, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato;

13.3 - O Fundo Municipal de Educação poderá, **a qualquer tempo**, realizar novos credenciamentos de qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no presente edital;

13.4 - Toda informação referente ao presente credenciamento será fornecida pela Comissão de Contratação, da Secretaria de Educação do Município;

13.5 – O termo de contrato que vier a ser assinado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no portal do Município;

13.6 - As comunicações com o proponente serão realizadas, preferencialmente, por intermédio de mensagem endereçada ao correio eletrônico por meio do qual a proposta foi enviada.

Santa Cruz da Baixa Verde/PE , 05 de Maio de 2026

ISMAEL QUINTINO LEITE DE SOUSA

Prefeito



ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

ANEXO I (modelo pessoa física)

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026

**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DE CREDENCIAMENTO – TRANSPORTADOR
AUTÔNOMO, EMPRESA OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

NOME OU RAZÃO SOCIAL				
NOME DO RESPONSÁVEL/ NOME DO TRANSPORTADOR/NOME DO MEI				
FILIAÇÃO DO TRANSPORTADOR				
NACIONALIDADE	NATURALIDADE	DATA NASC.	EST. CIVIL	SEXO () M () F
ENDEREÇO RESIDENCIAL			CONTATOS:	
Nº CPF	CATEG CNH	BANCO/AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	
ROTA QUE DEMONSTRA INTERESSE EM CONCORRER				
VEÍCULO: MARCA/MODELO		ANO FABRICAÇÃO	DE CAPACIDADE PASSAGEIROS	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: SIM ou NÃO

SERVIDOR PÚBLICO DE CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÃO GRATIFICADA?

ESTÁ NO EXERCÍCIO DE MANDATO LEGISLATIVO?

ESTÁ REGISTRADO OFICIALMENTE PARA CANDIDATURA DE CARGO ELETIVO?

POSSUI OUTROS VINCULOS EMPREGATÍCIOS?

Declaro a disponibilidade para a prestação do serviço de transporte de estudantes, em período integral, no interesse do Município, nos dias e horários que se fizerem necessários.

Santa Cruz da Baixa Verde/PE (PE),/...../2026.

.....

Interessado



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

ANEXO II (modelo)

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026

TERMO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE E COMPROMISSO

O abaixo assinado,, inscrito no CPF/CNPJ/MEI, sob o nºpretende que lhe seja outorgada, pelo Fundo Municipal de Educação - FME de Santa Cruz da Baixa Verde/PE, credencial que o autorize a prestar serviço de Transporte Escolar aos usuários do Sistema de Ensino Municipal, como profissional autônomo credenciado pela mesma, com remuneração, declara expressamente o seguinte:

- que reconhece integralmente os preceitos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação para o credenciamento da prestação de serviços de Transporte Escolar do Município, especificamente na Rota:
- Que aceita as condições vigentes, bem como as que vierem a ser estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e para credenciamento, assim como aceita todos os termos dos atos normativos acima referidos ou que vierem a ser editados, e se compromete a observá-los fielmente, sob a pena de cancelamento da respectiva credencial, independente de aviso, interpelação ou notificação prévia da parte do Senhor Prefeito Municipal.
- Que possui e disponibilizará o(s) veículo(s) necessário à prestação do serviço em apreço.

Santa Cruz da Baixa Verde/PE (PE)/...../2026.

.....

assinatura do profissional ou

representante da empresa ou MEI



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

ANEXO III

**CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO PARA CLASSIFICAÇÃO AO CREDENCIAMENTO DO
TRANSPORTADOR AUTÔNOMO/MEI/EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO
TRANSPORTE ESCOLAR**

TEMPO DE HABILITAÇÃO

- () 01 a 03 anos – 02 pontos
- () de 03 anos e 01 mês até 05 anos - 06 pontos
- () de 05 anos e 01 mês até 07 anos - 10 pontos
- () acima de 07 anos – 14 pontos

CATEGORIA DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

- () Categoria B - 00 pontos
- () Categoria C – 02 pontos
- () Categoria D – 06 pontos
- () Categoria E – 10 pontos

ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

- () 01– 02 pontos
- () 02– 06 pontos
- () 03– 10 pontos
- () 04 ou mais – 14 pontos

DISPONIBILIDADE DE HORÁRIO (TURNOS)

- () Manhã– 02 pontos
- () Manhã e Tarde – 06 pontos
- () Manhã, tarde e noite – 10 pontos
- () Atividades extras – 14 pontos

DISPONIBILIDADE DE CURSO DE TRANSPORTE ESCOLAR

- () 01– 03 pontos
- () 02– 07 pontos
- () Mais de 02 – 10 pontos



ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE
Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA

À

Comissão Permanente de Contratação
Fundo Municipal de Educação - FME de Santa Cruz da Baixa Verde/PE
Santa Cruz da Baixa Verde/PE (PE)

Senhor Presidente,

..... (MEI-Microempreendedor Individual/Pessoa Física/pessoa jurídica), com sede/domicílio à, com obediência ao disposto no Projeto Básico anexo ao edital, apresenta Proposta de Preços para o Processo de Chamamento Público nº 002/2026, objetivando ao credenciamento de empresa especializada, transportador autônomo ou MEI – Micro Empreendedor Individual, para prestação de serviços de locação e condução de veículos, para atendimento das necessidades do Transporte Escolar do Município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE, conforme determinado no Projeto Básico anexo ao Edital.

A seguir, apresento minha proposta de preços para a ROTA a seguir relacionada:

ITEM	TIPO DO VEÍCULO	ROTA Nº/DESCRIÇÃO KM DIÁRIO	Nº DE VIAGENS	TURNOS (S)	VALOR UNITÁRIO	KM MENSAL	VALOR TOTAL MENSAL	V. TOTAL ANUAL

A proposta de Preços tem validade de 60 dias.

Declaro conhecer e aceitas as condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público.

Santa Cruz da Baixa Verde/PE, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do profissional/empresa/MEI e nº do CPF/CNPJ

Obs.: Identificação, assinatura do representante legal e carimbo, se houver.



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

INEXIGIBILIDADE ____/2026

**CONTRATO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM, O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE E**

**MEDIANTE AS CONDIÇÕES E CLÁUSULAS A SEGUIR
PACTUADAS**

O **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE/PE**, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 30.497.230/0001-79, situada à Rua João Roque da Silva, 349 – Centro, Santa Cruz da Baixa Verde/PE. Neste ato representado pelo seu Prefeito/Ordenador de Despesa, Sr. **ISMAEL QUINTINO LEITE DE SOUSA**, brasileiro, casado, Medico, portador do RG 99029309645 SSP/CE e do CPF nº 904.718.653-20, residente e domiciliado na Rua Vereador Manoel de Caldas nº 339 – Centro - Santa Cruz da Baixa Verde/PE. doravante denominado de **CONTRATANTE**, e, do outro lado, _____ com endereço à _____ em _____, Estado do _____, inscrito no (CPF ou CNPJ) sob o nº _____, representado por _____, ao fim assinado, doravante denominado de **CONTRATADO**, de acordo com o Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 002/2026, com base no art. 74, caput da Lei Federal 14.133/21 e suas alterações e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada, transportador autônomo ou MEI – Micro Empreendedor Individual, para prestação de serviços de locação e condução de veículos, para atendimento das necessidades do Transporte Escolar do Município de Santa Cruz da Baixa Verde/PE, conforme determinado no Projeto Básico, anexo ao Processo Licitatório, observadas as regras estabelecidas na chamada pública e proposta do licitante, do Chamamento Público nº 002/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 - Fundamenta-se este contrato no Edital de Chamamento Público nº 002/2026, e na Lei nº 14.133/2021.

CLAUSULA TERCEIRA - VIGENCIA E PRORROGAÇÃO:



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

3.1 Prazo de vigência da contratação é _____ de contados da assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLAUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação parcial ou total dos serviços

CLAUSULA QUINTA- PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$ _____ (), conforme descrição abaixo.

Item	Descrição	Und	Quant	V. Unitário	V. Total

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLAUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLAUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3 Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, as suas expensas;



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 - Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

- 8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021
- 8.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9 Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas a execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.11 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias
- Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.15 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.16 Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados a execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.17 Previamente a expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO(A) (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1 Realizar os procedimentos conforme exigências editalícias e contratuais.
- 9.2 Repetir imediatamente e às suas expensas, qualquer exame que esteja em desconformidade com as especificações do Contratante.
- 9.3 Manter cadastro dos usuários, assim como prontuários que permitam o acompanhamento, o controle e a supervisão dos serviços.
- 9.4 Apresentar, mensalmente, relatórios de atendimento e outros documentos comprobatórios da execução dos serviços efetivamente prestados;



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 - Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

9.5 Honrar com as datas e horário de atendimentos indicados pelo Fundo de Saúde;

9.6 Todos os serviços deverão ser executados na sede do contratado.

9.7 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.8 Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representa-lo na execução do contrato.

9.9 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.10 Atender as determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

9.11 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender as recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.12 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.13 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficara autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.14 Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.15 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.16 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá enviar ao setor responsável juntamente com nota fiscal da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa a Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e a Dívida Ativa da União;
- 3) Certidão de Regularidade Estadual, da sede do domicílio;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.17 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.18 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.19 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos a execução do empreendimento.

9.20 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.21 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário a execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.22 Conduzir os trabalhos com estrita observância as normas da legislação pertinente, código de ética da entidade de classe, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre o local dos serviços nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.23 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças necessárias nos serviços solicitados;

9.24 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.25 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.26 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.27 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.28 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.29 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.30 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.31 Apresentar os empregados devidamente identificados.

9.32 Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

9.33 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.34 Instruir seus empregados quanto a necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.35 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.36 Instruir os seus empregados, quanto a prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.37 Adotar as providencias e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitários, elétricas e de comunicação.

9.38 Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, em plena validade.

9.39 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.40 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros;

CLAUSULA DECIMA- OBRIGACOES PERTINENTES A LGPD

10.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. E vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias uteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, e dever do contratado elimina-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. E dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 - Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

10.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente clausula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligencia para aferir o cumprimento dessa clausula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados a autoridade competente.

**CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - INFRACOES E SANCOES ADMINISTRATIVAS
(art. 92, XIV)**

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) der causa a inexecução parcial do contrato;
- b) der causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano a Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa a inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei](#)



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

nº 14.133, de 2021)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7 Previamente ao encaminhamento a cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas a pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.12 1 O Contratante deverá, no prazo máximo 10(quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos as sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

11.13 1As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo orago ora contratante.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA - DA EXTINCAO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas os obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficara prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que devera a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficara ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotara as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejara a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.9 Balanço dos eventos contratuais ja cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.10 Relação dos pagamentos ja efetuados e ainda devidos;

12.11 Indenizações e multas.

12.12A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORCAMENTARIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da execução do presente credenciamento correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para o ano em exercício abaixo indicadas:



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

12000.12002.12..382.5036-2.259-3.3.90.39 /// 12002.12003.12.382.5057-2059-3.3.90.39

CLAUSULA DECIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLAUSULA DECIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo site oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 Fica eleito o Foro de Santa Cruz da Baixa Verde/PE (PE), para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Santa Cruz da Baixa Verde/PE, ____ de _____ de 2026.

ISMAEL QUINTINO LEITE DE SOUSA
Prefeito
CONTRATANTE

Nome do Representante Legal
Nome da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



ESTADO DE PERNAMBUCO

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME/SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE

Rua João Roque da Silva, 349 – Centro - CEP 56.895-000 - Telefax (087) 3846-8149 -Santa Cruz da Baixa Verde - PE
CNPJ 30.497.230/0001-79

01. _____

Nome:

CPF:

02. _____

Nome:

CPF: